



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Promover a melhoria da atitude passiva dos serviços públicos na instrução de processos e rever a legislação para a execução da lei contra o lançamento de objectos atirados em altura

Registaram-se vários casos de lançamento de objectos em altura, como facas e tesouras arremessadas de um edifício no Fai Chi Kei, e, recentemente, até foi lançado um cutelo de cozinha para a rua, quase pondo em risco os transeuntes que por ali passavam. Ao fim da tarde do dia 23 de Dezembro, recebi uma queixa apresentada pela administração do referido edifício, porque, logo após a queda do cutelo, foi apresentada de imediato queixa à polícia, mas, como ninguém ficou ferido, a polícia apenas lavrou um simples auto e abandonou o local, sem os moradores terem sido informados quanto a ter sido aberto um processo sobre esse caso. A administração do edifício afirmou que tinha solicitado à polícia a investigação desse caso no local do incidente, o que foi recusado. Os residentes também já tinham alertado várias vezes a polícia devido a casos semelhantes, mas nunca conseguiram resolver o problema, até que um residente apresentou queixa num programa de televisão de Hong Kong e, então, as autoridades prestaram atenção.

Segundo os moradores, depois da transmissão do programa, foi retomada a investigação sobre o caso, com agentes policiais que se deslocaram até ao edifício e, ao fim



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

da tarde do dia 25, a Polícia de Segurança Pública (PSP) emitiu uma nota de imprensa sobre a “recusa da corporação em acompanhar e investigar o referido caso”, esclarecendo que “tinha sido instaurado um processo de investigação”. Depois, à noite, foi divulgado que um homem suspeito tinha sido interceptado pelas autoridades e que o caso seria tratado de acordo com a lei. De acordo com a legislação vigente, o arremesso de objectos através de janelas ou varandas, se não causar ferimentos ou danos a terceiros ou bens, é punido com multa de 600 patacas. Se a polícia afirmar que o suspeito tem problemas emocionais, acredita-se que esses casos não serão resolvidos radicalmente apenas com a afirmação de que serão “tratados de acordo com a lei”, como foi divulgado no comunicado.

Por outro lado, a maior insatisfação da sociedade prende-se com o facto de nunca terem sido instruídos processos para acompanhamento desse problema, apesar de os moradores terem apresentado várias queixas, porque a polícia apenas afirmava que não tinha havido feridos. Nos últimos anos, recebi várias queixas semelhantes, por exemplo, de um residente que estacionou o carro num local com linha amarela tracejada, e o veículo foi atingido por objectos atirados em altura e ficou danificado. Depois de chamar a polícia, o agente policial disse que, antes de aceitar a queixa, tinha de multar o condutor. Num outro caso, um residente chamou a polícia por se queixar do ruído na casa de um vizinho. Mas, porque a outra parte não abriu a porta, a polícia não conseguiu resolver o problema e foi-se embora. Estes casos são frequentes, o que leva os residentes a sentirem que a polícia tem uma atitude passiva em relação às denúncias apresentadas pelos residentes, e há até a tendência de as autoridades não imputarem a responsabilidade aos infractores. Mas, sempre



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

que algum caso é divulgado e alvo de atenção, é logo tratado. Assim, os residentes dizem sempre que “a solução mais rápida é divulgar os problemas na *internet*”! Se o Governo não inverter, quanto antes, essa atitude passiva dos serviços no tratamento das queixas dos residentes, vai criar-se um círculo vicioso.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No edifício referido registaram-se vários casos de lançamento de objectos em altura, constituindo um perigo para a segurança pública e dos residentes. A administração do edifício e os residentes apresentaram várias queixas que não foram devidamente acompanhadas e tratadas, e a polícia não instaurou nenhum processo porque “não houve feridos”. Alguns moradores até denunciaram o problema num programa de rádio local, mas o caso não mereceu a atenção das autoridades e, só depois da sua divulgação por meios de comunicação social de Hong Kong, é que a polícia afirmou que o caso estava a ser acompanhado e este foi rapidamente resolvido. Esse acontecimento despertou a atenção da sociedade, que pretende saber por que razão, depois de várias queixas, as autoridades competentes não instauraram nenhum processo de investigação, nem impediram mais casos de arremesso de objectos em altura. Mais, mesmo depois de ter acontecido o arremesso do cutelo, porque não conseguiram instaurar, de imediato, o respectivo processo de investigação? Se os órgãos de comunicação social não noticiarem, será necessário esperar que o problema seja resolvido apenas quando se registarem mortos e feridos? Em relação às infracções administrativas que possam pôr em causa a segurança pública, o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Governo vai definir instruções claras e uniformes para o pessoal da linha da frente, e explicar as formas para tratar e evitar situações semelhantes?

2. Em relação aos casos de lançamento de objectos em altura, não se trata de crime se não se registar ofensa à integridade física, e as autoridades só podem aplicar sanções nos termos do “Regulamento Geral dos Espaços Públicos”, ou seja, os efeitos dissuasores são muito limitados. O Governo vai rever se as actuais sanções são suficientes para resolver os casos frequentes de arremesso intencional de objectos em altura? O Governo dispõe de medidas para aumentar o efeito dissuasor das sanções? Se os casos de lançamento de objectos em altura envolverem sempre problemas emocionais, o Governo vai coordenar os trabalhos interdepartamentais e tomar a iniciativa de prestar apoio social e emocional, a fim de evitar a repetição desses acontecimentos e garantir a segurança pública?

3. Nos últimos anos, os residentes têm vindo a queixar-se da atitude passiva da polícia em relação às queixas apresentadas pelos cidadãos, e as autoridades até têm recorrido a vários motivos para evitar junto dos queixosos a instauração de processos e a imputação de responsabilidades. Por exemplo, exigiu-se “primeiro a multa por estacionamento ilegal para a aceitação da denúncia” e os casos denunciados não foram tratados, até ao seu agravamento em problema de arremesso em altura de cutelo. Essa atitude não resulta obviamente de um juízo pessoal de alguns agentes da linha da frente, mas de um hábito de actuação das autoridades policiais. O Governo tem conhecimento desta situação? De que medidas concretas dispõe para acabar com este mau ambiente?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

6 de Janeiro de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lam U Tou